

Resistência e ocupação/qualificação dos cativos na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1875 e 1888)¹

Resistance and occupation/qualification of enslaved people in the city of Rio de Janeiro and surroundings (1875 and 1888)
Gabriel Almeida Antunes Rossini (UFABC), e-mail: gabriel.rossini@ufabc.edu.br. <https://orcid.org/0000-0003-0701-8986>

A história não revela submissão e resignação, mas sobrevivência e revide. (DEAN, 1977, p. 15).
Quase todos de pés e mãos enormes, deformados pelo trabalho. (FREYRE, 1979, p. 123).

Resumo

O foco do presente artigo é o estudo da resistência e do trabalho de homens e mulheres escravizados na capital do Império do Brasil e arredores, entre 1875 e 1879. Para tanto, além de recuperarmos parte da bibliografia atinente ao tema, analisamos, inicialmente, informações decorrentes de 8.840 anúncios de fuga de cativos publicados em alguns dos principais jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro. Tal movimento preliminar foi pautado pela hipótese de que informações relevantes sobre as ocupações desses indivíduos poderiam ser encontradas por meio dos anúncios indicados. Tal hipótese se demonstrou bem-sucedida e possibilitou apreendemos características relevantes da ocupação/qualificação e da resistência dos cativos, sem perder de vista os processos históricos de longa duração e os nexos existentes entre as dinâmicas global e local.

Palavras chave: Resistência dos escravizados; Ocupação; Qualificação; Rio de Janeiro-Brasil; Século XIX.

Abstract

The focus of this article is the study of resistance and the work of men and women enslaved in the capital of the Empire of Brazil and its surroundings, between 1875 and 1879, resulting from 8.840 captive escape announcements published in some of the main newspapers that circulated in the city of Rio de Janeiro. This preliminary movement was guided by the hypothesis that relevant information about the occupations of these individuals could be found through the indicated advertisements. This hypothesis proved to be successful and made it possible to apprehend relevant characteristics of the occupation/qualification and of the captives' resistance, without losing sight of the long-term historical processes and the nexuses between global and local dynamics.

Key words: Resistance of the enslaved; Occupation; Qualification; Rio de Janeiro-Brazil; XIX century.

JEL: N3 - Trabalho e Consumidores, Demografia, Educação, Renda e Riqueza.

I. Introdução

Nesse artigo, buscamos contribuir, sem nos afastarmos dos processos históricos de longa duração e dos enlaces existentes entre as dinâmicas global e local, com as discussões acerca da resistência e da ocupação/qualificação dos escravizados. Para tanto, além de resgatarmos parte da bibliografia atinente a esses temas, partimos da hipótese de que informações relevantes sobre tais temas poderiam ser encontradas por meio dos anúncios de jornal, que noticiaram a ocorrência de fugas de cativos empreendidas na cidade do Rio de Janeiro e arredores, um dos mais importantes centros escravistas de então e o principal entreposto do tráfico interno de escravizados (ROSSINI, 2019 e 2017). Tendo isso em vista, organizamos o presente trabalho a partir da coleta e leitura de 20.494 anúncios de fuga², publicados entre 1875 e 1888.³ Após eliminarmos a expressiva redundância decorrente da republicação de muitos anúncios em diferentes edições do mesmo jornal e/ou da sua impressão em distintos periódicos, chegamos a 8.840 ocorrências. Com base nestes quase 9 mil documentos, acessamos e trabalhamos sobretudo com 1.948 códigos que explicitaram a ocupação então exercida pelos evadidos.

Elegemos o recorte temporal mencionado, pois esse se situa em momento relevante da “segunda escravidão” (TOMICH, 2004), processo marcado pela reestruturação da economia-mundo capitalista resultante da revolução dos escravizados na colônia francesa de São Domingos (Haiti), da Guerra Civil nos EUA (1861-1865), da consolidação da nova ordem industrial no Atlântico Norte, que, dentre outras coisas, impulsionou a demanda mundial de *commodities*, e da Grande Depressão do século XIX (1873-1896) (MARQUESE, 2013).⁴ Ademais, ao termos em vista as interações existentes entre as forças globais e locais, conjecturamos que no Brasil a organização do trabalho dos escravizados, seus movimentos de resistência e o empenho dos senhores em reaver

¹ O autor agradece as sugestões feitas pelo prof. Ramatis Jacino que contribuíram muito para a primeira versão deste trabalho que apresentamos em conjunto em algumas ocasiões e ao trabalho de coleta de dados realizado pela minha orientanda de Milena Nakaione.

² Por meio da *Hemeroteca Digital Brasileira*, consultamos os periódicos a seguir: *Gazeta de Notícias*, *O Cruzeiro*, *O Globo* e, sobretudo, o *Jornal do Commercio*.

³ Apenas na corte, segundo o censo de 1872, havia 274.972 habitantes, destes 226.033 eram livres (82,20%) e 48.939 escravos (17,7%). Nessa localidade, escravizados e pessoas livres negras somados correspondiam a 44,4% do total. Se considerarmos apenas a população negra, 59,9% era livre, 40% era cativa (CHALHOUB, 2012).

⁴ Tais processos permitiram maior contestação da escravidão em algumas partes do mundo e, simultaneamente, sua reestruturação e expansão sobretudo no Brasil, nos Estados Unidos e em Cuba. Enquanto o complexo escravista exportador cafeeiro (MELLO, 2009) teve centralidade para a escravidão brasileira e para a interação do Império com a economia mundial do século XIX, a cana de açúcar e o algodão foram essenciais para a arquitetura dos Estados Nacionais, das economias, e das sociedades escravistas cubana e estadunidense respectivamente e para os seus nexos com o mercado mundial capitalista em expansão (MARQUESE & SALLES, 2016). Os contornos mais marcantes dessa nova escravidão se traduzem na necessidade de intensificação e aumento da produtividade do trabalho cativo e na incorporação de novas tecnologias de produção e transporte. Tais transformações ocorreram em um cenário moderado pela hegemonia britânica, pela ascensão do liberalismo e dos movimentos e políticas abolicionistas (TOMICH, 2015).

seus cativos evadidos tenham sido influenciados: (i) pela dinâmica do mercado mundial de café, pautada pelo aumento dos seus preços, entre as décadas de 1840 e 1870 – movimento fortalecido após a vitória da União nos EUA – e pela redução dos custos de transporte em virtude da expansão da rede ferroviária no Sudeste brasileiro, a partir de 1860⁵, com importante participação de investimentos britânicos (HOBSBAWM, 2007a e 2007b). Processos que acentuaram o *rush* cafeeiro rumo ao Oeste paulista e ocasionaram, tal como afirma Castro (1980), o surgimento de zonas pioneiras, maduras e decadentes relacionadas ao cultivo do café; (ii) pela aprovação da Lei n. 2040 de 28/09/1871 (Ventre Livre) que reconheceu direitos costumeiros e conquistados pelos escravizados⁶ e que também foi resultante da iniciativa do Brasil frente à nova conjuntura internacional de possível isolamento do Império (aberta com a abolição da escravidão nos Estados Unidos e a Guerra dos 10 anos ocorrida em Cuba⁷); (iii) pelas dificuldades internas trazidas pela escravidão para a mobilização militar no âmbito da guerra contra o Paraguai decorrentes do perigo potencial representado pelo engajamento de cativos na guerra, o que contribuiu para tornar as medidas emancipacionistas relevantes para a manutenção da ordem social e política no longo prazo (MARQUESE E SALLES, 2016).

Para além dos aspectos anteriores, o recorte temporal eleito se justifica por processos que também atribuíram especificidades à dinâmica de trabalho, às fugas e às demais formas de resistência dos cativos. Para além da abolição da escravidão em 1888, o início do período estudado decorre do esmaecimento, após alguns anos, das dúvidas relativas à continuidade do regime servil surgidas com a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), que juntamente com a tendência de alta da cotação internacional do café dinamizou o preço e o volume – a despeito da crescente restrição da oferta de braços – dos escravizados comerciados no mercado interno, a partir de meados dos anos 1870 (MOTTA, 2012; ROSSINI, 2019 e 2017). Tal cenário possivelmente, de um lado, ampliou a carga de trabalho e de violência que incidiam sobre os cativos, estimulando as fugas e, de outro, favoreceu as tentativas de novo aprisionamento dos fugidos.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo se divide em outros três momentos. Inicialmente, resgatamos parte da bibliografia que buscou compreender os movimentos de resistência e características da ocupação/qualificação dos escravizados, ao longo do século XIX. Na sequência, abordamos os anúncios de jornal que comunicaram fugas de cativos. Por fim, a partir da parcela da documentação compulsada que explicitou informações relativas às ocupações/qualificações dos cativos (1.948 ocorrências), elaboramos análises econômicas e demográficas (idade, sexo, origem, local da fuga – campo, cidade e mar –, volume de fugas individuais e em grupo), traçamos um panorama das ocupações desses trabalhadores (trabalhos qualificados e pouco qualificados) e evidenciamos as ocupações mais recorrentes, a recompensa ofertada tendo em vista as ocupações exercidas e a relação entre o número de ocupações exercidas por um indivíduo e recompensa oferecida por sua recaptura.

II. Resistência, fugas e ocupação/qualificação

A dinâmica da economia mundial e os consequentes interesses das oligarquias do Império do Brasil garantiram a manutenção da escravidão, uma vez que formaram alicerces que possibilitaram a esta instituição, sobretudo até o final da década de 1860, abrangente espraiamento social, geográfico e econômico. Tais dinâmica e interesse criaram condições favoráveis para a prevalência dos escravistas no Brasil, até meados dos anos 1880, e para que houvesse, ao longo das décadas de 1860 e principalmente 1870, concentração dos escravizados por meio do tráfico interno interprovincial, nas *platações* do Sudeste brasileiro. Não por acaso, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão

⁵ Com a expansão das ferrovias pela Paulista, Mogiana, etc., os custos de transporte do café passaram a corresponder a cerca de 20% do preço da saca exportada. O que representou, segundo Wilson Cano (2007), uma diminuição de cerca de 20% no seu preço final. Além disso, a ferrovia possibilitou maior produtividade, pois livrou braços, possibilitou que a produção das fazendas mais afastadas fosse recolhida a tempo e reduziu substancialmente a perda durante o transporte.

⁶ Tal como enfatiza Chalhoub (2011), não existe destino histórico fora das intenções e das lutas dos agentes sociais, ainda que esses, tal como salienta Costa (1998a), construam esse destino dentro de circunstâncias que, embora estejam em permanente transformação, possuem aspectos estruturais. Como diria Hobsbawm, há “aquilo que os seres humanos podem fazer enquanto sujeitos e produtores da história, bem como [há] aquilo que, enquanto objetos, não podem” (HOBSBAWM, 1998:77).

⁷ Em 1868, teve início rebelião que marcou o início da Guerra dos 10 anos (1868-1878) contra o domínio espanhol. Ao final da guerra, a Espanha restaurou o seu controle colonial sobre a ilha e, entre 1880 e 1886, organizou o processo de abolição (SCOTT, 1991).

e, ao fim e ao cabo, foi o território de destino de 5,85 milhões de africanos num total de 12,52 milhões de indivíduos direcionados compulsoriamente às Américas – desses quase 6 milhões de pessoas, efetivamente desembarcam um total estimado em 4.864.373; 2.580.442 apenas nos 80 anos entre 1781-1860 (correspondendo a uma média de 32.256 cativos por ano), o que possibilitou que em 1850 houvesse cerca de 2 milhões de escravizados (FURTADO, 2009) e no início da década de 1870, de acordo com o censo de 1872, 1.550.000, número que em 1886-1887 já havia diminuído para cerca de 700 mil pessoas (MOTTA, 2022)⁸. Também cabe destacarmos que a escravidão se tornou tão profunda e generalizada que a propriedade de cativos não se restringiu a senhores endinheirados possuidores de grandes planteis – tal cenário se efetivou sobretudo nos municípios açucareiros e cafeeiros, particularmente nas zonas de fronteira do Sudeste brasileiro, na segunda metade do século XIX (MARCONDES, 2005). Pequenos posseiros, comerciantes, militares, padres, funcionários do Estado e até ex-cativos possuíam pequenos plantéis direcionados a uma grande variedade de ocupações (SCHWARCZ, 2019; LUNA, COSTA e KLEIN, 2009; CANABRAVA, 2005 e MOTTA, 1999).

Em virtude do desenvolvimento do capitalismo industrial e do mercado internacional e da consequente renovação e expansão da escravidão em algumas regiões do mundo (notadamente Brasil, EUA e Cuba), também importa destacarmos que os trabalhadores escravizados mobilizados neste artigo interagiam no seio de uma sociedade em profunda transformação e que a cidade do Rio de Janeiro e seus arredores constituíram, ao longo da década de 1870, uma das suas expressões mais avançadas no Brasil. Nesta sociedade em mutação, ao mesmo tempo em que as dinâmicas comercial e de produção do espaço urbano acompanharam, com diferentes níveis de intensidade e de defasagem temporal, padrões observados em outras cidades do capitalismo central⁹, a relação de trabalho predominante cedeu espaço à formas alternativas de organização do trabalho, sobretudo após o fim do tráfico transatlântico de cativos, a partir da Lei Euzébio de Queiróz de 04/09/1850. Além da paulatina introdução do trabalhador imigrante, os “escravos de ganho” e “escravos de aluguel” (MOURA, 2004), figuras importantes dentre os indivíduos que mobilizaremos à frente, passaram a existir de forma mais recorrente, sobretudo nos centros urbanos. Estes grupos interagiam econômica e socialmente com negros livres e libertos, que, embora não mais vivessem as agruras do cativo, enfrentavam processos de incerteza, que envolvia inclusive o medo de reescravização,¹⁰ e de marginalização, este último impulsionado por legislação caracterizada pelo darwinismo social e pelo higienismo (ALBUQUERQUE, 2009), que marcou o “processo histórico” (CHALHOUB, 2011) de passagem do trabalho de cativos para o de assalariados.

Independente do tamanho das suas posses, da dinâmica de transformação social e do surgimento de novas formas de trabalho, o controle, as diversas formas de violência e o medo foram necessários para a manutenção do sistema, para impulsionar a produtividade do trabalho dos cativos de uma tal forma que caracterizaram a interação entre senhores – que, em grande medida, acumulavam as atribuições de legislador, magistrado, comandante, juiz e verdugo (TAUNEY, 2001) – e escravizados, principalmente no âmbito das atividades rotinizadas exercidas por grupos e que demandavam maior esforço físico, pequena habilidade e pouco cuidado, tais como a agricultura e a

⁸ Os escravizados enviados para a América Portuguesa e Império do Brasil foram principalmente decorrentes do tráfico transatlântico bilateral, isto é, do comércio capitaneado por portos da América, o que teve como uma das suas consequências a construção da unidade imperial brasileira no século XIX, tal como conclui Alencastro (2000). Os portos do Rio de Janeiro e da Bahia enviaram mais viagens negreiras do que qualquer outro porto da Europa (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Tal como afirma Alencastro (2000), os enclaves portugueses na América e na África se complementam num só sistema de exploração colonial. As estimativas acerca do número de cativos desembarcados no Brasil são decorrentes do Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico, Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/voyage/search>. Acesso em: 20/05/2022.

⁹ Temos em vista fenômenos característicos da segunda metade do século XIX, tais como: a adequação das infraestruturas de transporte e produção às novas escalas do comércio mundial; o mimetismo cultural levado à frente por distintos grupos sociais; a implantação do bonde e da ferrovia e o consequente abandono das zonas centrais pelos estratos ricos e médios e a sua fixação em subúrbios salubres; os pobres se abrigando em cortiços e moradias precárias e insalubres, etc. (FERNANDES, 2008).

¹⁰ Keila Grinberg discute as práticas de reescravização na região do Vale do Paraíba do século XIX. Para tanto, a autora aproxima “a lente da análise para os indivíduos que vivenciaram este processo, refletindo sobre os riscos que enfrentaram em suas trajetórias, sobre a fragilidade da condição de liberto e, principalmente, sobre a instabilidade de suas vidas, marcadas pelo temor em verem revertidas suas conquistas” (2007, p. 5). A investigação de Grinberg é pautada pela análise das chamadas ações de escravidão (402 ações). Ao contrário das ações de liberdade – nas quais escravizados iniciam processo judicial contra seu suposto senhor, argumentando seu direito à libertação – e das ações de manutenção de liberdade – em que um liberto procura a justiça para garantir a sua condição, quase sempre por estar ameaçado de reescravização –, nas ações de escravidão quem inicia o processo é o senhor. Nelas, ele processa outro cidadão, alegando que a pessoa em questão se passa indevidamente por livre, sem sê-lo. Em outras palavras, o objeto da ação de escravidão é justamente questionar a condição jurídica do réu, ao argumentar que ele seria não apenas cativo, como também propriedade do autor da ação. Ver também: Sidney Chalhoub (2011 e 2012), Hebe Mattos (2015), Eduardo Spiller Pena (2001), Elciene Azevedo (1999) e Joseli Mendonça (1999).

mineração em grande escala (FENOALTEA, 1984). Interessa pontuarmos que a prática de violência extrema foi evidenciada por Gilberto Freyre (1979) quando analisou, de forma pioneira, diversos anúncios de fuga de escravizados¹¹. A violência envolvia a separação das famílias por meio da venda (sobretudo quando temos em vista pequenos plantéis), correntes no pescoço, perseguição por cães, marcas com ferro em brasa, feridas esfregadas com sal, mutilação, tronco e chicote, algemas e peias que prendiam mãos e pés, “anjinhos” que apertavam os dedos polegares da vítima em função da utilização de anéis que eram diminuídos por meio de uma chave, máscaras de ferro que eram colocadas naqueles que furtavam comida ou comiam terra, etc.¹²

Este cenário de brutalidade extrema enfrentou reiterada e obstinada resistência dos escravizados e atribuiu parte dos sentimentos, do modo de vida, da cultura e dos anseios dos cativos. Fazer “corpo mole” no trabalho, quebrar ferramentas, incendiar plantações, promover revoltas coletivas (SANTOS, 1980; REIS, 1986; COSTA, 1998b), agredir e assassinar senhores e feitores¹³, formar quilombos, fugir e furtar – ações executadas por escravizados e mais eventualmente por meio de associações entre cativos e pessoas livres da raia miúda (WISSENBAUCH, 1998) – além das tentativas de suicídio, evidenciavam como os escravizados se comportaram como agentes históricos que fizeram fracassar o intento dos senhores de condicioná-los a um cativo implacável (MATTOS, 2015; CHALHOUB, 2011; SLENES, 2013; GÓES, 1993) e também “o retrato de um povo muito rebelde que perturbava a paz de espírito e ameaçava a prosperidade material de seus senhores” (KARASCH, 2000, p. 398). Para mais, cabe assinalar que tais agências dos cativos problematizam formulações que consideram o peso da escravidão e da opressão senhorial determinantes para uma suposta indiferença ou anomia dos grupos subordinados, incapacitando-os à ação política diligente e sensata, tal como advogado por Fernando Henrique Cardoso (1977).

Há que se reconhecer, todavia, a “força da escravidão” (CHALHOUB, 2012) decorrente da capacidade dos senhores em preservar o sistema, a despeito das pressões externas próprias da arena internacional pós-napoleônica, dos movimentos contraditórios originados na cúpula do Império do Brasil¹⁴ e das pressões dos escravizados que, para além do enfrentamento violento ao regime, pleitearam persistentemente horas livres, autorização para praticar sua religiosidade e costumes, áreas para cultivo, além de recorrerem, principalmente na província do Rio de Janeiro, ao Poder Judiciário, colocando em primeiro plano certas brechas na lei que pudessem lhes conceder a liberdade.¹⁵ Tal como afirma Reis e Silva (1989, p. 48), “os escravos inventaram e levaram à quase perfeição uma singular astúcia pessoal na exploração das brechas do poder escravocrata.”

Ao centrarmos nossa atenção nas fugas, percebemos que essa forma de resistência foi inerente ao regime escravista. Desde o princípio, em todas as sociedades escravistas americanas, escravizados

¹¹ As evidências mobilizadas por Freyre – assim como por diversos outros autores, a partir de variadas fontes, tais como documentos judiciais, policiais, médicos, crônicas, “artigos científicos” e anúncios publicados na imprensa brasileira, etc. – fragilizam a histórica argumentação do próprio sociólogo de Apipucos acerca de uma escravidão amena, fraternal e colaborativa, pois tal como demonstra a passagem a seguir do próprio Freyre, a violência era severa e frequente: “Numeroso os que apresentam, nas coxas ou nas costas, letras, sinais ou carimpos de propriedade, como hoje o gado, ou então, marcas de surra e castigo, o corpo deformado pela crueldade dos senhores brancos: uns manquejando, os quartos arredados em consequência de surras tremendas; outros com cicatriz de relho nas costas ou nas nádegas; ou então cicatriz de “anjinho”, de tronco, de corrente no pescoço, de ferro nos pés, de lubambo no tornozelo. Alguns com queimaduras na barriga. Pernas cambaias, joelho tocando um no outro, pernas tortas para dentro, joelhos metidos para dentro, pernas exageradamente finas, bambos arqueados, peitos estreitos, cabeças puxadas para trás ou achatadas de lado (...). Vários negrinhos de 10, 12 anos, já apareceram de coroa na cabeça... feita a força pelo peso de carros brutos: tabuleiro, tijolo, areia, pipa, barril (...) os dedos dos pés torados por serem amassadores de cal e a cal lhes ter aberto feridas e comido os dedos; outros de dedos e munhecas inteiras comidos – talvez pelas moedas dos engenhos (...) Quase todos de pés e mãos enormes, deformados pelo trabalho” (FREYRE, 1979, p. 123).

¹² Como evidencia Silvia Lara (1988), as leis e a sociedade, com o intuito de minimizar a possibilidade de rebeliões de escravizados, reconheciam que era necessário evitar castigos excessivos. Contudo, era consenso, tal como indica o *Manual do agricultor brasileiro*, publicado em 1839, que para fazer os cativos trabalharem adequadamente a violência e o medo eram necessários, esses, todavia, deveriam ser empregados “com muito sistema e arte, porque o excesso obraria contra o fim que se tem em vista (...)” (TAUNAY, 2001). Coerentemente, o Código Criminal do Império, de 1830, vedava o açoitamento de pessoas livres, mas facultava esse castigo aos escravizados.

¹³ Os assassinatos de senhores ou feitores cometidos por escravizados eram relativamente frequentes. Em Campinas, entre 1831-1887, ocorreram 79 casos, principalmente (70%) executados por “crioulos” (nascidos no Brasil), que residiam na propriedade dos seus senhores por seis ou mais anos (2/3 das ocorrências) (MACHADO, 2014). No Rio Grande do Sul, entre 1818 e 1833, houve 104 homicídios envolvendo escravizados. 47% dos casos envolveram senhores e feitores. Em apenas 22 casos escravizados foram mortos por outros cativos (LIMA, 1997).

¹⁴ Em seu curto reinado, d. Pedro I optou por obter o reconhecimento externo de sua nova coroa. Para tanto, levou à frente medida antiescravista como política de Estado, ao assinar, em 1826, o tratado pelo qual a Inglaterra reconhecia a independência do Brasil. O não atendimento dos interesses dos senhores locais contribuiu, segundo Marquese e Salles (2016), para sua abdicação, em 1831. Além disso, tal como afirma Parron (2009, p. 66) na “turbulenta quadra inicial da Regência (1831-1835), quase não houve discursos a favor do cativo. Bem ao contrário, aprovou-se ali uma determinação (a Lei de 1831) que libertava escravos africanos contrabandeados para o Brasil, discutiam-se projetos que visavam aperfeiçoá-la (...) e jornais publicaram artigos diversos contra a escravidão”.

¹⁵ Com relação a este último ponto, ver: Genovese, 1974; Queiroz, 1977; Santos, 1980; Gebara, 1986 e 1988; Machado, [1987] 2014; Lara, 1988; Grinberg, 2001; Chalhoub, 2011; Slenes, 2013; Mattos, 2015.

reagir fugindo do cativeiro; essa foi uma ocorrência comum e generalizada. Tais ações foram individuais e coletivas e motivadas não apenas pelas violências e pelo trabalho árduo e incessante, mas também por problemas cotidianos, por um modo de vida terrível e pela falta de enraizamento no grupo dos escravizados, por ausência de laços familiares (REIS, 1999; MATOSO, 2001; FLORENTINO, 2003). Centros urbanos, com densa e diversificada população eram espaços recorrentemente utilizados pelos fugitivos, que se abrigavam entre os negros livres ou libertos. (KLEIN e VINSON III, 2015). Contudo, era no ambiente rural que as fugas evoluíam para a criação de comunidades autônomas, que conflitavam ou negociavam com a sociedade escravista se tornando fator de preocupação para autoridades e proprietários de terras. Nas Antilhas, ficaram conhecidos como *marrons*; em parte da América Espanhola, de *palenques de cimarróns*; e no território que coube aos portugueses, como *quilombos*.

Outro aspecto relevante surge, quando temos em vista que parte da produção acadêmica, tal como Amantino e Florentino (2012) e Klein e Vinson III (2015), destaca que as fugas muitas vezes foram utilizadas como fator de negociação por melhores condições de vida e trabalho, por isso muitos casos se caracterizavam como escapadas temporárias nas quais os cativos permaneciam nas proximidades da propriedade de seu senhor. Os últimos autores citados, seguindo sugestões de Cardoso (1987), demonstraram que as fugas tencionavam de tal forma a *plantation*, em virtude dos possíveis custos decorrentes de ausências prolongadas ou permanentes, que alguns proprietários cediam lotes de terra aos seus cativos e permitiam períodos de ócio e maior autonomia em domingos e dias santos como tentativa de amenizar os conflitos cotidianos e, assim, diminuir os prejuízos econômicos¹⁶.

Seja fugindo individualmente (caso mais recorrente como veremos à frente) ou em grupo para cidades, matas próximas ou distantes, ou mesmo se abrigando, a revelia do seu senhor, em outras fazendas, o número de cativos que resistiu à escravidão por meio das fugas foi enorme. Alguns dados permitem termos dimensão da importância desta forma de resistência. A prisão central da província do Rio de Janeiro, em 1826, listou 895 cativos fugitivos, a maioria recapturada no interior da província (KARASCH, 1987). Flávio Gomes (2003), em estudo organizado por meio de registros policiais da cidade do Rio de Janeiro relativos ao período 1800 e 1830, evidenciou um total de 5.363 escravizados fugitivos recapturados, dos quais 80% eram africanos. O mesmo autor, ao pesquisar os jornais *A Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Diário do Rio de Janeiro*, entre 1809 e 1821, constatou que 1.258 africanos foram listados como fugitivos. Estes em geral eram mais jovens do que os escravizados evadidos nascidos no Brasil. Ademais, tal como Soares (2007) evidencia, os cativos evadidos e recapturados representaram 42% do total de prisioneiros do presídio da cidade do Rio de Janeiro, entre 1810 e 1830 (desse grupo, apenas 178 eram mulheres).¹⁷

*

Antes de explorarmos as possibilidades da documentação compulsada, recuperamos, de forma panorâmica, elementos acerca das ocupações e qualificações dos cativos.

Pesquisas publicadas sobretudo a partir da década de 1980 oferecem rico quadro das ocupações exercidas por esses indivíduos e dos mecanismos de controle criados pelo Estado para permitir o seu trabalho no ambiente urbano com o feitor ausente. Parte dessa produção indica que o Império do Brasil foi exemplo de lugar onde os escravizados estavam presentes em quase todas as ocupações, incluindo aquelas que demandavam maior nível de qualificação, exercidas principalmente no ambiente urbano. Tais conclusões são corroboradas pelo Censo de 1872 que evidencia, como o exemplo de Minas Gerais já havia revelado¹⁸, a existência na força de trabalho

¹⁶ Ver também: SLENES (2013), CONRAD (1988), MACHADO (2014).

¹⁷ Parte da sistematização das informações presentes neste parágrafo foi decorrente de Luna e Klein (2009). Diversos outros aspectos acerca dos processos de resistência dos escravizados foram tratados, por exemplo, por Mattoso (1982), Reis (1989, 1996 e 2003), Brazil (2002), Gomes (2010 (et. al.), 2002 e 1996), Machado (2010 e 2014), Ferreira (2020), Chalhoub (2011), Chalhoub e Silva (2009), Richard Graham (2002). Esses trabalhos, assim como os demais mobilizados neste artigo, evidenciam diferentes temas e abordagens que nos permitem colocar em primeiro plano a importância, a multiplicidade e a complexidade da agência dos escravizados e da dinâmica do escravismo no Império do Brasil, resultante, em parte, dos nexos existentes entre as dinâmicas global e local.

¹⁸ Os proprietários de Minas Gerais empregaram os seus cativos principalmente para atender demandas locais, regionais ou nacionais. Além da pecuária, do processamento de alimentos e da produção de grãos e tubérculos, havia número significativo de escravizados em profissões qualificadas e semiespecializadas, como demonstra o censo realizado em MG entre os anos de 1831-1832, que permaneceu inédito. Por meio deste documento, é possível apreender que cerca de 14% dos 88 mil escravizados adultos foram listados como qualificados e trabalhadores não agrícolas semiquilificados. Esses foram empregados sobretudo em

escravizada de proporção significativa de indivíduos que não estavam diretamente relacionados à agricultura de exportação. Essa fonte, indicou que havia 345 mil cativos economicamente ativos que não se dedicavam diretamente à agricultura. Esses representavam 10% dos 126.000 trabalhadores das fábricas têxteis, primeira grande atividade industrial do Brasil. Os 175 mil cativos que estavam no serviço doméstico representavam 15% dos escravizados economicamente ativos. Também foi relevante o volume de cativos vinculado à construção, à alvenaria, à cantaria (talhar blocos de rocha bruta) e aos ofícios afins (corresponderam a cerca de 19% de todos os trabalhadores dessas atividades). Os escravizados jornaleiros, por sua vez, representaram 23% do total. Por fim, havia ocupações que, embora os indivíduos em situação de escravidão representassem uma pequena parcela, seu número absoluto chama atenção. Foi o caso das costureiras, em que as 41 mil cativas direcionadas a esta atividade representavam 8% do total dos empregados nessa ocupação (LUNA e KLEIN, 2009 p. 117 e 118).

Ao lançarmos luz sobre ocupações dos cativos localizados no município que sediava a corte, chamamos atenção, inicialmente, para a pesquisa de Lima (2010) que afere os preços de escravizados com ofícios artesanais, entre 1789 e 1839. Lima objetivou avaliar a rentabilidade do trabalho cativo no artesanato, bem como revisitar questões atinentes à escravidão urbana. Para tanto, o autor analisou 296 inventários *post mortem* preservados pelo Arquivo Nacional. Esses abrangem os 50 anos indicados e contém informações de 3.268 cativos. Desses, 1.132 tinham ofícios artesanais, dos quais 77,1% eram homens. Dos resultados observados pelo autor, chamamos atenção para a relevância quantitativa de africanos que realizavam ofícios pouco qualificados e qualificados (segundo os critérios adotados pelo autor). Nos dois casos, os africanos corresponderam a pouco mais de 80% dos trabalhadores destes grupos. A partir dessa constatação, o autor questiona “a hipótese frequentemente enunciada de que o escravizado artesão teria sido tipicamente alguém nascido no Brasil.” (p. 449).

O processo de urbanização, ocorrido ao longo do século XIX, e as suas consequências para o trabalho dos cativos também é analisado por Algrant (1988), por Silva (1998) e Soares (2007). O trabalho de Algrant analisa o movimento de urbanização a partir do estudo dos registros de prisões ocorridas entre 1810 e 1821, lavrados pela Intendência da Polícia do Rio de Janeiro, e a correspondência do Intendente Geral com os ministros de Estado e juizes. Com este material em vista, afirma que na escravidão urbana o “escravo de ganho” e o “escravo de aluguel” eram fundamentais para a dinâmica do sistema. As novas formas de repressão, menos ostensivas que as do campo significou para a autora que o escravismo soube lançar mão de instrumentos variados para se manter, adaptando-se à dinâmica inerente às modalidades mais modernas de acumulação da riqueza. Assim, no ambiente urbano, em virtude da maior mobilidade que os escravizados muitas vezes acessavam em decorrência das suas ocupações, o Estado passou a “feitorizar” os cativos, papel que no mundo rural era exercido pela ação privada.¹⁹

Silva (1998) estudou a cidade do Rio de Janeiro, entre 1820 e 1888. Para tanto, utilizou como fontes as solicitações enviadas à Câmara Municipal pleiteando licenças para colocação de “escravos de ganho” e para o ensino de alguns ofícios a esses; reclamações protocoladas por atraso de pagamentos de jornadas de trabalho; pedidos de abertura de casas de aluguel de cativos; registros de vendas de escravizados; permissões para que estes pudessem morar sozinhos e solicitações de licenças diversas. Valeu-se, ainda, das gravuras de Jean-Baptiste Debret, que retratam o cotidiano dos “escravos de ganho” naquele período. A autora considerou o trabalho do escravizado artífice indispensável ao desenvolvimento das cidades e fonte de lucro para os seus proprietários. Ademais, o fato dessa modalidade de trabalho permitir ao cativo reter parte ou a totalidade do valor excedente da taxa diária estabelecida pelo seu senhor permitiu aos “negros de ganho” inaugurarem uma relação não escravista de produção no interior da escravidão. Também argumenta que vivendo nas cidades o cativo estava sujeito às suas regras, em especial no que diz respeito aos deveres do

atividades de fiação e tecelagem de algodão. Além disso, os artesãos escravizados compunham 20% de todos os trabalhadores em fiação e tecelagem e 28% daqueles vinculados à construção. Outrossim, cerca de 25% das cativas adultas estavam direcionadas a ocupações não domésticas (GODOY, 2004).

¹⁹ Processo que pode ser apreendido quando temos em vista, por exemplo, o Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3880/1/005916_COMPLETO.pdf. Acesso em: 21/10/21.

cidadão, pois na impossibilidade de ser fiscalizado e controlado constantemente, sua vida passou a ser regulada pelo Estado.

Pesquisando a presença de escravizados e livres na incipiente indústria do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, Soares (2007) refuta interpretações que afirmam que os trabalhadores escravizados da indústria eram ocupados somente em tarefas não especializadas. Para tanto, utiliza como fontes relatos de viajantes (por exemplo, Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Von Martius), o *Almanak Laemmert* de 1861, documentos da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, assim como relatórios do Ministério do Império da Fazenda. A partir dessa documentação, afirma que a modalidade urbana de escravidão, consubstanciada em parte no “escravo de aluguel”, contribuiu para a introdução dos cativos nas indústrias; e que havia predominância de escravizados na indústria do Rio de Janeiro até meados de 1840. Ademais, o autor pontua que mesmo com o aumento dos trabalhadores livres estrangeiros nas atividades industriais, o censo de 1872 indicou a existência de 2.135 escravizados operários que juntamente com 9.458 estrangeiros e um número um pouco menor de trabalhadores nacionais livres formavam uma força de trabalho de 18.091 pessoas.²⁰

III. As fugas de escravizados nos anúncios de jornal

A preocupação dos proprietários e autoridades em coibir a reação dos escravizados, em minimizar o volume de produção não realizada e a sua perda de capital teve como um de seus resultados a vinculação da imprensa aos negócios da escravidão a partir da criação da Imprensa Régia, em 1808, e consequente inauguração dos jornais *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Correio Braziliense*. No Brasil, a contar daí, em virtude da sua disseminação e por serem expressão de regularidades, da manifestação do típico em detrimento do atípico (FREYRE, 1979), os jornais passaram a ser fonte relevante de informações massivas e seriadas. Tal como afirmou Machado de Assis, eles se tornaram “a verdadeira forma de república do pensamento (...), a locomotiva em viagem para mundos desconhecidos (...), a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o jogo das convicções” (ASSIS, 1979, p. 946). Como é notório, a despeito desses periódicos possuírem conteúdos de qualidades diversas, serem permeados por interesses, compromissos e paixões, ao registrarem certa verdade, ao serem praticamente os únicos meios de comunicação e de formação da opinião pública, por possibilitarem subsídios acerca das atividades político-econômicas, das ideias, dos anseios, das expectativas, etc. de uma época, ao permitirem ao pesquisador acompanhar o cotidiano da sociedade, o seu desenvolvimento no tempo, os seus embates e as transformações socioeconômicas em curso, os jornais se tornaram documentos relevantes e usados de forma crescente ao longo dos últimos 30 anos (MOLINA, 2015, DE LUCA, 2005 e FREYRE, 1979). Contudo, apreender aspectos da história por meio da imprensa pressupõem que o investigador se mova por imagens e informações parciais, distorcidas e subjetivas, entre a história vivida e a história construída assim como entre o tempo longo da história e o tempo curto do cotidiano, o que torna necessário questionar não apenas se as informações do documento são falsas ou verdadeiras, mas também realizar algumas perguntas-chave, tais como: quem produziu o jornal?; quando e onde?; quais interesses o periódico procurou atender? Perguntas que colocam em xeque o mito do documento-verdade, ilusão positivista questionada desde os anos 1920, principalmente pela escola dos *Annales* (CAPELATO, 1994).

²⁰ Sobre a dinâmica de trabalho dos escravizados em outros cenários, ver: Graham, 1976; Schwartz, 1985; Ferlini, 2003; Godoy, 2004. Colistete (2021), discutindo informações decorrentes da província de São Paulo, procurou apreender a qualificação dos escravizados por meio de procedimento semelhante ao adotado neste trabalho, isto é, utilizando informações presentes em anúncios de fuga de cativos publicados durante a segunda metade do século XIX. A partir da coleta e análise de 3.376 anúncios, o autor, além de apresentar um quadro geral das habilidades dos escravizados evadidos como base nos anúncios que explicitaram as suas ocupações (cerca de 30% dos casos), tentou prever as qualificações dos demais, isto é, dos indivíduos cujos anúncios de fuga não fizeram referências a sua ocupação. Para tanto, recorreu a dados individuais sobre sexo, idade, etnia, residência, particularidades físicas e outras características. A previsão para o grupo sem habilidades conhecidas foi realizada por meio de algoritmos de classificação de aprendizado de máquina. Os resultados evidenciam que cerca de metade dos escravizados que empreenderam fugas foram trabalhadores qualificados e destinados a ocupações artesanais. Esses eram sobretudo residentes em áreas rurais, do sexo masculino, mais velhos do que suas contrapartes pouco qualificadas. Entre outras características relacionadas com a divisão do trabalho e a especialização, segundo Colistete, os africanos parecem não ter sido desfavorecidos na alocação de empregos artesanais e a diferença de habilidade entre mestiços e negros fugitivos era pequena.

A conexão indicada no início deste item entre a imprensa e os negócios da escravidão se tornou evidente por meio de editoriais, artigos, “seções científicas”, etc. que abordavam diferentes aspectos do regime escravista e, reiteradamente, procuraram legitimá-lo no âmbito do novo cenário que esta instituição passou a enfrentar, ao longo do oitocentos, no Brasil e nas outras duas localidades centrais da tessitura da “segunda escravidão”: Cuba e EUA. Cenário marcado por permanente pressão abolicionista genérica e internacionalista e por oposição contínua, por parte da Inglaterra, ao tráfico transatlântico de escravizados e, no limite, contra a própria escravidão.

Elementos muito difundidos nos jornais que circularam, a partir do início do século XIX, foram os anúncios sobre escravizados. Tais documentos normalmente estavam localizados nas últimas páginas dos jornais, juntamente com os demais anúncios publicados, noticiavam, dentre outras coisas, fugas, vendas, leilões, doações, locação, a intenção de compra por parte de algum senhor(a), etc. (SCHWARCZ, 1987) e expressavam discurso harmônico com o contexto social de enunciação, isto é, eram condizentes com as expectativas e receios da época, resultavam de ideias e visões de mundo compartilhadas e socialmente hegemônicas (BAKHTIN, 2002).

Dentre esses diversos anúncios, chamamos atenção, em virtude dos nossos objetivos, para aqueles que divulgaram fugas de cativos²¹. Tais documentos evidenciam a reiterada resistência ao regime, a importância e perenidade da agência dos cativos e o anseio dos anunciantes em recuperar as pessoas que mantinham em cativeiro. Ademais, esses documentos lançam luz sobre aspectos relevantes atinentes: a ocupação dos cativos; a violência exercida pelos senhores, pois muitos anúncios contêm informações sobre diversos tipos de cicatrizes, problemas físicos, etc. resultantes de espancamentos e de rotina árdua de trabalho (ver nota de rodapé n. 10); aspectos socioeconômicos das localidades em que eram publicados²². Além dos elementos indicados, cabe colocarmos em primeiro plano o fato de que tais escritos constituem material de pesquisa apropriado para os nossos fins, pois, além de repletos de informações reveladoras de aspectos da dinâmica da vida coletiva de outrora e de serem menos marcados por narrativas parciais e filtros ideológicos do que as reportagens, os editoriais e os artigos assinados, são copiosos, seriados e possuem estrutura similar, tal como podemos apreender por meio da seguinte passagem de Machado de Assis:

quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lhe levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha a promessa: "gratificar-se-á generosamente", – ou "receberá uma boa gratificação". Muitas vezes os anúncios traziam em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse (1992, p. 659).

Para além destas características positivas, essa fonte documental possui problemas. Os anúncios não contemplam a totalidade das fugas, pois os custos poderiam desestimular os senhores de poucas posses, principalmente quando temos em vista que muitas vezes esses comunicados deveriam ser publicados em diversas edições do mesmo jornal ou em “folhas” diferentes para serem mais eficazes. O fato de haver boa chance de capturar fugitivos ainda nas proximidades do local da fuga, com a ajuda de policiais ou caçadores de fujões também diminuía o volume de anúncios. Outrossim, como ficará evidente, as escravizadas aparecem subrepresentadas, pois possuíam obstáculos adicionais para evadirem e também outras estratégias para alcançar a liberdade, como apontaremos à frente. Por fim, outros aspectos problemáticos decorrem de os diferentes jornais possuírem coberturas geográficas desiguais e da prevalência, no Império do Brasil, de baixa alfabetização e difusão da imprensa (COLISTETE, 2021).

*

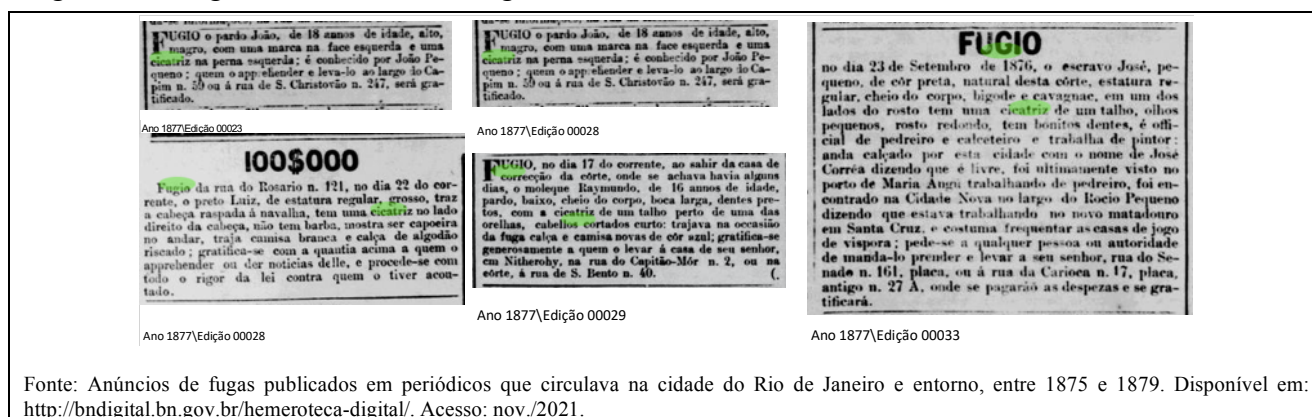
Para que o leitor se familiarize com o formato e com as informações presentes nos documentos que possibilitaram parte deste trabalho, reproduzimos imagens de alguns anúncios, decorrentes do

²¹ Trata-se de uma fonte originada a partir do testemunho do proprietário do cativo evadido; involuntária (ARÓSTEGUI, 2006) ou não-voluntária (BLOCH, 1949), isto é, produzida no curso de uma atividade e finalidade sociais que não têm, em absoluto, o caráter testemunhal como horizonte” (ARÓSTEGUI, 2006, p.496); que interessam por sua mensagem (Idem. p.500).

²² Aparentemente, o primeiro anúncio desse tipo foi publicado nas páginas da Gazeta do Rio de Janeiro, cuja circulação teve início em 1808 e tratou da fuga, ocorrida em 07/01/1809, do cativo Mathews. O anúncio foi publicado por Antonio José Mendes Salgado de Azevedo Guimarães, que se comprometeu a pagar os gastos com a captura do escravizado e recompensar aquele que o apanhasse, em 12\$800 reis (NEVES, 2012).

Jornal do Commercio e a transcrição de parte de outros comunicados publicados pela *Gazeta de Notícias* e pelo *Correio do Brazil*.

Figura 1 - Imagens de anúncios de fuga, 1877. Rio de Janeiro - Jornal do Commercio



Fonte: Anúncios de fugas publicados em periódicos que circulava na cidade do Rio de Janeiro e entorno, entre 1875 e 1879. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: nov./2021.

Figuras 2 e 3 - Passagens de anúncios de fuga publicados em 1872 e 1879. Rio de Janeiro

Em 1872, o jornal *Correio do Brazil* (RJ, Ed 55) anunciava a fuga de Honório e destacava que seria dado 300\$000 de gratificação, além das despesas relativas à captura a quem o “apreender”. Tal documento assim começa: “A 10 de agosto do anno próximo passado, fugiu o preto Honório, crioulo de Minas, de 30 annos de idade, pouco mais ou menos, altura regular, corpulento, olhos grandes, bem barbado (talvez a tenha cortado), bem fallante, desembaraçado, diligente, humilde e político”. Continua afirmando que foi cativo do Sr. Comendador Custodio José Pinto Dias, e depois escravizado pelo Sr. Jacintho Lopes de Azevedo, morador na Barra do Pirahy, de onde fugiu. Além disso, o anúncio indica que Honório deve “andar pelo municipio de Passos ou Carmo do Rio-Claro, onde já foi preso uma vez”.

O jornal *Gazeta de Notícias* (Ed. 187) anunciou, em 1879, que andava fugido o escravizado Constantino, pedreiro experiente, de cor preta, crioulo, altura regular, magro, insinuante e pernóstico, tem pouca barba e cabelo curto, anda bem trajado e calçado e às vezes com relógio. “Constantino tem 35 annos de idade, intitula-se forro e costuma mudar de nome. Fugiu há cerca de três annos da fazenda de S. Sebastião, em Itaguahy, de onde é natural. Tem sido visto em Botafogo, na Quinta Imperial, no Engenho Novo, e também em Iguaçu e Petrópolis”. Este anúncio traz em destaque a gratificação de 200\$000 para quem o apresentasse na fazenda mencionada, ou em certo endereço na corte. Por fim, tal documento foi arematado de forma enfática: “protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver acoutado”¹, o que pode evidenciar que as fugas poderiam ser efetivadas com a ajuda tanto de outros escravos como de pessoas livres. Em se tratando de mulheres, tal como afirma Reis (1999) essas poderiam ter contado com a participação dos companheiros, pais dos seus filhos e com redes de apoio formadas por outras mulheres.

Histórias como essas foram muito numerosas ao longo do século XIX e adquiriram nas últimas décadas da escravidão novos significados políticos, resultantes do inexorável fim do regime. A própria duração da fuga de Constantino, indicada acima, provavelmente foi favorecida pela agitação política de então. A riqueza de informações presentes nos documentos que temos em vista nos possibilita investigar a ocupação/qualificação dos cativos e aspectos atinentes à dinâmica das fugas, como por exemplo: (i) o volume de fugas por ano e por sexo; (ii) a idade e origem dos fugidos; (iii) se as fugas ocorreram no campo ou na cidade; (iv) se os fujões possuíam ocupação/qualificação indicada; (v) se as fugas foram realizadas coletivamente ou individualmente. Ademais, também tivemos acesso às gratificações (por sexo, idade e ano do anúncio) ofertadas pela recaptura ou por informações dos evadidos. Podemos ainda discutir a relação existente entre a recorrência das fugas e as fases ascendentes dos ciclos econômicos, que, em virtude da escassez de trabalhadores, a partir do fim do tráfico transatlântico, possivelmente implicaram maior exploração dos escravizados já empregados.

Para acessarmos esses elementos, utilizamos o sítio da *Hemeroteca Digital Brasileira* e consultamos os jornais que possuíam ao menos 10 eventos relacionados à fuga de cativos, no âmbito dos recortes temporal e espacial adotados. Tendo no horizonte tal critério, o nosso objetivo de apreender as ocupações exercidas pelos cativos, a sua dinâmica de resistência – sem perder de vista os vínculos existentes com os processos de longa duração e entre as forças globais e locais – e a hipótese de que poderíamos encontrar informações relevantes sobre ocupação/qualificação de cativos por meio dos anúncios de fuga publicados no Rio de Janeiro, consultamos os periódicos *O Cruzeiro*, *O Globo*, a *Gazeta de Notícias* e, sobretudo, o *Jornal do Commercio*. Em decorrência do escasso espaço que dispomos e da maior relevância para o presente artigo, resultante do maior número de anúncios de fuga publicados, a seguir apresentamos informações sobre as duas últimas “folhas diárias” mencionadas.

A *Gazeta de Notícias* foi um jornal carioca diário fundado em 02/08/1875 por José Ferreira de Sousa Araújo. Esse periódico colocou em marcha inovações na imprensa brasileira, como o

emprego das caricaturas e entrevistas. Contava com intensa participação de autores portugueses e proporcionava seções que abordavam especificamente assuntos lusitanos (Neves, 1992, p. 29). Dentre os importantes colaboradores a *Gazeta* contou, entre 1880 e 1897, com Eça de Queirós, que publicou neste periódico *A Relíquia* (1887), o capítulo final de *Os Maias* (1888) e os contos *Civilização*, *O Defunto*, *A Aia* e *Cartas de Fradique Mendes*. Queirós também foi responsável pelo Suplemento Literário do jornal durante parte do ano de 1892 (RODRIGUES, 2018). Como afirma Sodré (1999, p. 224): “A *Gazeta de Notícias* era, realmente, jornal barato, popular, liberal, vendido a 40 réis o exemplar. Inicialmente, a *Gazeta* foi dirigida por Ferreira de Araújo (principal nome e condutor do periódico, entre o seu início e 1900, quando faleceu), Henrique Chaves e Emanuel Carneiro. Apesar de publicar anúncios envolvendo escravizados, o periódico, além de reivindicar neutralidade, pois como não era folha vinculada à partido trataria apenas “de questões de interesse geral” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 02/081875, p.1), teve como seu objetivo principal no momento de sua fundação, lutar pela abolição da escravatura e pela proclamação da República. Para tanto, Ferreira de Araújo reuniu equipe relevante no cenário dos estertores do Império do Brasil. Essa congregava figuras como Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e José do Patrocínio. Posteriormente, *A Gazeta* foi um dos periódicos mais relevantes durante a República Velha (LEAL, S/d).

O *Jornal do Commercio* foi um diário carioca fundado em 01/10/1827 por Pierre René François Plancher de La Noé, editor de Voltaire, Chateaubriand e Benjamin Constant e bonapartista convicto. “Foi a publicação (...) mais influente do país durante a maior parte do século XIX e começo do século XX. É provável que em toda a história do Brasil nenhum outro periódico tenha igualado a relevância e o prestígio que alcançou em sua época áurea” (MOLINA, 2015). Ao longo da sua existência, pautou-se por uma orientação conservadora. Em seu primeiro número, lemos: “esta folha exclusivamente dedicada aos senhores Negociantes conterà diariamente tudo o que diz respeito ao Comércio, tanto em Anúncios como em Preços Correntes exatos de Importação e Exportação, entrada e saída de Embarcações etc.” Esse diário, apesar de ser impresso em papel de péssima qualidade, de possuir tipografia que dificultava a leitura e ser repleto de editais e anúncios (cada edição possuindo entre 80 e 100), foi bem aceito em virtude do volume e qualidade de suas informações comerciais, pela tradução e publicação de artigos decorrentes de jornais estrangeiros e por introduzir o folhetim no Brasil – relevante sobretudo a partir do final dos anos 1830, publicado no rodapé do jornal, quase sempre na primeira página. No fogo cruzado dos jornais partidários da época, este *Jornal*, já sob a direção de Villeneuve, que o comprou em 1832, de Noé, foi criticado por se concentrar em informar sobre os assuntos do comércio e os atos oficiais e por não emitir opinião sobre os assuntos nacionais. Villeneuve integrou o grupo de homens de negócio que estabeleceriam em 1834 a Associação dos Assinantes da Praça do Comércio, mais tarde Associação Comercial do Rio de Janeiro, instituição com a qual o *Jornal* manteve estreitas ligações. Em 1840, Villeneuve voltou para a França, deixando o jornal aos cuidados do seu genro austríaco naturalizado brasileiro, Francisco Antônio Picot (1811-1902). No Segundo Império, sob a direção de Picot, o jornal aos poucos deixou a forma e aspecto de informativo dos assuntos comerciais e econômicos para se transformar num jornal de grande formato, repleto de observações sobre a vida política e influente junto à opinião pública. Para além disso, como fica notório ao folharmos este periódico, foram os classificados acerca dos escravizados – que indicavam a chegada de navios vindos da África com novos cativos, informavam sobre aluguel, venda, fuga, etc. – um dos pilares que sustentavam a empresa. O *Jornal do Commercio* lucrava com a escravidão.²³

*

²³ De acordo com Molina (2015, p. 251), “novos concorrentes surgiram nos anos 1870. O *Globo* foi lançado em 1874 como órgão da Agência Americana Telegraphica, de Manuel Gomes de Oliveira e fechou em 1878. Foi relançado em 1881 sob a direção de Quintino Bocayuva e circulou até 1883, tendo alcançado um inegável prestígio. Machado de Assis escreveu sobre ele: “O *Globo* honra a nossa imprensa e merece ser coadjuvado por todos os que amam essa alavanca do progresso, [...] [em que] ocupa lugar distinto” (ASSIS apud MOLINA, 2015). O *Cruzeiro* surgiu em 1878 como uma séria ameaça, com 12 mil assinantes. O redator Ernesto Mattoso disse que um acionista do *Jornal do Commercio* “ficou assustado, irrequieto, com medo de que O *Cruzeiro*, tão favorecido pelo comércio, viesse fazer sombra ao seu jornal”. Até ver o “pavoroso primeiro número”. Não conseguiu receber o papel encomendado na Europa e comprou papel “na praça, amarelo, feio”: “a montanha pariu um rato... Podemos dormir tranquilos”, disse ele. O *Cruzeiro* fechou em 1883” (MOLINA, 2015, p. 251).

Os dados coletados em anúncios, que noticiaram fugas de escravizados, presentes nos jornais mencionados foram dispostos em planilha cuja estrutura fora previamente organizada tendo em vista a possibilidade de diálogo com outras pesquisas que abordaram a dinâmicas de trabalho e resistência dos cativos e os subsídios resultantes das nossas leituras, tanto da bibliografia de referência quanto dos documentos compulsados. Após concluirmos o banco de dados, realizamos minuciosa conferência e as diversas redundâncias existentes – em virtude da republicação do mesmo anúncio em diferentes números do mesmo jornal (houve casos em que o mesmo anúncio foi republicado por mais de 20 vezes) ou da publicação do mesmo anúncio em diferentes periódicos – foram eliminadas.

IV. Exposição e análise dos dados compulsados

Tal como já indicado, as análises subsequentes foram realizadas a partir da coleta de 8.840 anúncios de fugas (já excluindo os documentos redundantes) publicados na cidade do Rio de Janeiro, entre 1875-1888, número que ganha relevância quando temos em vista que, de acordo com o Censo de 1872, a corte possuía 48.939 cativos. Do total de fugas indicado, 6.233 (70%) foram empreendidas por homens e 2.606 por mulheres, o que resulta na razão de sexo de 239,17 escravizados para cada grupo de 100 escravizadas. Das evasões observadas, ocorridas principalmente no meio urbano, apenas 17,82% ocorreram em grupo. Ademais, além de identificarmos que os anúncios foram publicados preponderantemente a pedido de homens, aferimos a origem de 3.682 cativos (cerca de 83,76% dos quais eram “crioulos”/ nascidos no Brasil) e o sexo de parte dos anunciantes, a despeito dos seus nomes serem reiteradamente omitido.

Desses quase 9 mil anúncios, tornaram-se objeto privilegiado do presente artigo, 1.948 ocorrências que evidenciaram as ocupações dos evadidos. Os dados apresentados na Tabela 1 expõem o conjunto desses quase 2 mil documentos e nos permitem apreender alguns aspectos importantes, tais como: dentre os fugitivos que tiveram a sua idade indicada (muitas vezes de forma aproximada), o maior volume se encontrava nas faixas etárias de 21 a 30 anos (31,47%) e de 31 a 40 anos (16,84%); ao longo de todo o recorte temporal que temos em vista, a razão de sexo entre os fugitivos qualificados foi de 845,63 e a recompensa oferecida para os homens recapturados foi, em termos nominais médios, pouco mais de 115\$000. Além disso, as mulheres, cuja experiência de trabalho foi explicitada nos anúncios, constituíram apenas 10,6% dos evadidos, o que provavelmente está relacionado com a menor disposição para a fuga em virtude da sua condição de mãe e da construção mais recorrente de certas formas de luta contra a escravidão, como a conquista da liberdade por meio do acúmulo de pecúlio e compra da própria alforria, o que foi permitido pela Lei do Ventre Livre (1871) e mais usual entre as mulheres em função da demanda por serviços domésticos, dentre outros. Esta possibilidade incentivou, tal como evidencia Silva (2016), por um lado, a agência das cativas no sentido de desvalorizar o seu preço e facilitar a compra da sua liberdade – desobediência, displicência, ações que ocasionavam pequenos prejuízos, os pedidos de proteção a famílias inimigas dos senhores, etc. – e, por outro, sacrifícios diversos como trabalhar durante os escassos momentos de folga, negociar o preço da sua alforria e o uso, com a ajuda de intermediários livres, de meios jurídicos para a determinação do seu preço, para a efetivação da liberdade que havia sido prometida por meio de cartas de alforria condicionais, assim como da liberdade dos seus filhos nascidos a partir da promulgação da Lei de 1871.

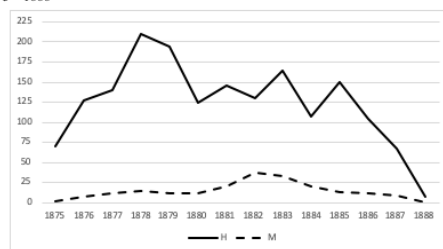
Faixas etárias	H	Idade média	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	M	Idade média	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	Total (H+M)
10 - 20 anos	220	18,19	113.575	31	16,33	106.818	251
21 - 30 anos	561	26,065	128.836	52	27,4	70.000	613
31 - 40 anos	291	36,9	136.332	37	37,375	89.583	328
41 - 50 anos	163	46,79	108.367	22	47,55	38.500	185
51 - 60 anos	38	56,215	88.500	5	58,125	-	43
Sem idade explicitada	469	-	117.832	59	-	42.944	528
Total geral							1948

Fonte: Anúncios de fugas publicados em periódicos que circulava na cidade do Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1888. Elaboração própria. Disponíveis em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: jun/2022.

Torna-se notório, por meio do gráfico abaixo, que o número de anúncios de fuga aumentou entre 1875 e 1878, o que pode ser explicado, em parte, pelo esmorecimento das hesitações atinentes à continuidade da escravidão, presentes nos anos imediatamente subsequentes à publicação da Lei

Ventre Livre (1871), que, ao lado da dinamização do mercado mundial de café (condicionada pelo aumento de preços deste produto, redução dos custos de sua produção e ocupação de zonas pioneiras mais férteis), impulsionou a demanda de cativos no âmbito do mercado doméstico. Podemos aventar que tal cenário, por um lado, aprofundou a carga de trabalho e a violência que recaíam sobre os escravizados, estimulando as fugas e, por outro, deu fôlego renovado às ações de recaptura dos fugitivos. Por sua vez, a queda do número de anúncios publicados a partir de 1879 talvez tenha relação com o início das discussões que culminaram, em 1881, na promulgação de tributos que tornaram o tráfico interprovincial de cativos proibitivo, favorecendo novo enfraquecimento do regime e certo abatimento do ímpeto dos proprietários em incorrer nos custos envolvidos na tentativa de recapturar os fugitivos. De mais a mais, os proprietários do Sudeste brasileiro há alguns anos já direcionavam seus esforços para incorporar trabalhadores imigrantes. O movimento de queda das fugas anunciadas ainda foi significativamente acentuado desde meados dos anos 1880, em virtude da relevante atuação do movimento abolicionista (ALONSO, 2015) e da promulgação da Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva-Cotegipe (Lei n.º 3.270). Como esperado, os movimentos indicados são corroborados pela magnitude das recompensas oferecidas. Enquanto em 1878 o montante nominal médio oferecido pela recaptura dos fugitivos foi de 139\$566, em 1885 foi de 135.170 e, por fim, em 1887-88 foi de 82\$177.

Gráfico 1 - Escravizados com ocupação/qualificação explicitada. Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1888



Fonte: Anúncios de fugas publicados em periódicos que circulava na cidade do Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1888. Elaboração própria. Disponíveis em:

Nos anúncios que indicaram a ocupação/qualificação dos cativos, foi recorrente a ausência do nome dos anunciantes, o que nos impediu de aferirmos o seu sexo em 54% dos casos (tal ausência também foi notória no âmbito dos anúncios que não indicaram a ocupação da pessoa fugida) – identificamos 806 anúncios publicados por homens e 92 por mulheres. Fato que pode ser consequência da intenção dos proprietários de buscarem se preservar da “grande onda antiescravista” (BLACKBURN, 2016), uma das características da “segunda escravidão”.

Com relação à origem dos escravizados evadidos, predominaram os anúncios sem essa indicação. Entre aqueles que tiveram a sua origem mencionada os que nasceram no Império do Brasil (“crioulos”) constituíram 85%. Também chama atenção os 133 escravizados africanos com ocupação/qualificação explicitada nos anúncios, já que esse grupo é formado por indivíduos com idade média de cerca de 50 anos, o que evidencia que a maioria foi traficada para o Império do Brasil ilegalmente, isto é, ao arrepio da Lei Feijó, de 7/11/1831²⁴. Acessamos outra informação importante ao confrontarmos os cativos e cativas “crioulos” e “de nação” (nascidos em diferentes regiões da África) qualificados com os seus respectivos totais (isto é a totalidade de indivíduos decorrente da soma daqueles com e sem qualificação explicitada). Ao fazermos isso, percebemos que a proporção de escravizados qualificados brasileiros e africanos foi praticamente a mesma (22,14% e 22,20% respectivamente). Tal informação evidencia que os fugitivos africanos eram tão habilidosos quanto os evadidos nascidos no Brasil, o que contradiz as análises que afirmam que os primeiros enfrentaram maiores dificuldades em relação aos “crioulos” para se integrarem ao mundo do trabalho então existente no Império do Brasil.²⁵

²⁴ Cabe enfatizarmos que a maioria dos africanos escravizados no Brasil a partir da Lei Feijó e todos os seus descendentes foram mantidos ilegalmente na escravidão até 1888. Tal como afirma Alencastro (2010, p. 7), “boa parte das duas últimas gerações de indivíduos escravizados no Brasil não era escrava. Moralmente ilegítima, a escravidão do Império era ainda – primeiro e sobretudo – ilegal”²⁴. Ocorreu de fato, um pacto entre os sequestradores que constitui, de acordo com o mesmo autor, o pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira que ajudou a firmar a impunidade e o casuismo da lei que marca a nossa história. A nossa pesquisa também permitiu verificarmos outra informação que corrobora esta conclusão, qual seja: a existência de 466 africanos que não tiveram a sua ocupação/qualificação explicitada. 301 entre 1875 e 1879, com idade média de 46 anos e 165 entre 1880 e 1888, com idade média de 50,6 anos.

²⁵ Soares (2007), Lima (2010) e Colistete (2021), estudando diferentes recortes geográficos e temporais chegaram a conclusões semelhantes.

Origem	H	M	Total	Participação no total (1.948 ocorrências)
De nação	119	14	133	6,83%
Crioulo	681	86	767	39,37%
Sem indicação de origem	946	102	1048	53,80%

Fonte: Anúncios de fugas publicados em periódicos que circulava na cidade do Rio de Janeiro e entorno, 1875 - 1888. Elaboração própria. Disponíveis em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: jun/2022.

As tabelas 3 e 4 evidenciam a origem dos cativos nascidos no Brasil e em África. Para além da preponderância dos angolanos e minas, destacamos o relevante número daqueles provenientes do Norte e Nordeste, pois tal aspecto corrobora constatação recorrente nas pesquisas sobre a dinâmica do mercado doméstico de cativos, a partir de 1850 (MOTTA, 2012, ROSSINI, 2019 e 2017). Essas, evidenciam que o Nordeste foi o principal fornecedor de escravizados para o Sudeste, sobretudo após a reorganização da produção de algodão no Sul dos EUA (iniciada ainda em 1865, isto é, já nos momentos finais da guerra civil norte-americana). Como decorrência deste processo, os pequenos produtores de algodão, de mantimentos e os donos de pequenos plantéis do meio urbano, do agreste e de outras regiões empobrecidas do Norte-Nordeste brasileiros se viram impelidos a comercializarem seus cativos, não para os engenhos de açúcar da região, que enfrentavam dificuldades em decorrência da competição cubana, mas para o centro-sul cafeeiro (MARQUESE & SALLES, 2016), movimento que foi significativamente impulsionado, no final da década de 1870, em virtude da grande seca (1877-1879) ocorrida no Nordeste brasileiro, sobretudo no Ceará.

Tal flagelo climático, em virtude de sua importância e magnitude, merece algum destaque. Foi resultante de quase três anos seguidos sem chuvas, fez parte, segundo Davis (2002), de fenômeno de extensão planetária que envolveu localidades inseridas na economia mundial como produtoras de gêneros tropicais,²⁶ constituiu uma das crises globais de subsistência do período vitoriano e teve relação com avanços imperialistas ocorridos após os períodos de calamidades que resultaram em elevada mortalidade das populações locais. Embora as estatísticas da morte sejam invariavelmente imprecisas, elas possibilitam certa ideia sobre a vastidão da tragédia. Na seca de 1877-1879, 114 mil retirantes receberam algum tipo de auxílio na cidade de Fortaleza, então a capital do desespero, que contava alguns anos antes com apenas com 21 mil habitantes, de acordo com o censo de 1872. Além dos retirantes, segundo Herbert Smith (1879), a situação então vivenciada pelo sertão brasileiro resultou na morte, por varíola e fome, de cerca de quinhentos mil sertanejos. De acordo com o farmacêutico cearense Rodolpho Théophile (1997), que acompanhou a calamidade, a capital do Ceará perdeu, em pouco mais de dois meses, quase 30% da população de pouco mais de 100 mil almas que se encontravam na cidade (SECRETO, 2020). Este cenário extremo, além de forçar a classe proprietária a abrir mão, temporariamente, de parte da sua mão de obra excedente, fomentando e mesmo subsidiando o deslocamento de trabalhadores livres e pobres atingidos pela seca, acentuou o comércio interprovincial de escravizados. A província do Ceará, em particular, foi uma das que percentualmente, mais perdeu cativos para outras localidades. Entre 1850 e 1880, saíram oficialmente 16.480 escravizados. Apenas durante o triênio pautado pela grande seca, 6.559 indivíduos foram vendidos para outras áreas (sobretudo para o Rio de Janeiro), por meio do porto de Fortaleza (THEÓPHILO, 1922; PINHEIRO, 1990; SECRETO, 2007 e 2020).

Local de origem	H	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	M	Recompensa em contos de réis (\$)	Total
Nordeste e Norte	223	145.098	34	157.000	257
Sudeste	110	139.009	10	31.666	120
Sul	35	162.967	-	-	35
Sem indicação de local	292	115.295	33	95.179	325

Obs. A diferença entre o total geral destas duas tabelas e as observações que temos em vista decorre das ocorrências sem indicação de origem ("crioulos" e "de nação"/africanos).

Fonte: Anúncios de fugas publicados em periódicos que circulava na cidade do Rio de Janeiro e entorno, 1875 - 1888. Elaboração própria. Disponíveis em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: jun/2022.

Origem	H	M	Idade média	Total
Angola/Cabinda	20	4	48,175	24
Benguela	3	-	60	3
Congo	5	-	45	5
Costa da Mina	23	5	48,75	28
Mozambique	4	-	42,6	4
Sem indicação de local	60	5	48,935	65
Total Geral				129

Procuramos colocar em primeiro plano o local das fugas e o sexo dos escravizados evadidos, por meio da tabela 5. A tabela 6, por sua vez, revela a ocorrência de fugas individuais e em grupo por

²⁶ Brasil (particularmente o Ceará, mas também Paraíba e Rio Grande do Norte), Java, Filipinas, Nova Caledônia, Coreia, África do Sul.

origem (“crioulos” e “de nação”). Os dados abaixo demonstram que o maior número de fugas ocorreu no meio urbano e que houve larga ascendência das fugas individuais.

Tabela 5 - Local das fugas e sexo dos escravizados evadidos com ocupação/qualificação explicitada.

Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1888				
Local da fugas	H	M	Total	% do total
Mar	17	1	18	0,92
Campo	383	18	401	20,59
Cidade	765	148	913	46,87
Sem indicação de local	581	35	616	31,62

Fonte: Anúncios de fugas publicados em periódicos que circulava na cidade do Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1888. Elaboração própria. Disponíveis em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: jun/2022.

Tabela 6 - Fugas individuais e em grupo de escravizados com ocupação/qualificação explicitada. Rio de Janeiro e entorno, 1875-1888

Escravizados "crioulos"			Escravizados "de nação"			Sem identificação de origem ("crioulo" ou "de nação")		
Tipo	N. observações e %	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	Tipo	N. observações e %	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	Tipo	N. observações e %	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)
Individuais	649 (85%)	118.828	Individuais	117 (88%)	93.506	Individuais	893 (85%)	107.089
Em grupo	119 (15%)	148.245	Em grupo	16 (12%)	155.833	Em grupo	154 (15%)	162.808

Fonte: Anúncios de fugas publicados em periódicos que circulava na cidade do Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1888. Elaboração própria. Disponíveis em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: jun/2022.

Com relação às fugas realizadas em grupo, cabe indicarmos uma hipótese a ser verificada em pesquisa futura e de maior fôlego. Em virtude de casos como o que relatamos a seguir, conjecturamos que os grupos de escravizados evadidos foram formados recorrentemente por famílias. As fugas realizadas por membros de uma mesma família (pai, mãe, filhos, irmãos, parentes próximos e também padrinhos) e por casais de cativos casados legalmente ou unidos por meio de relação consensual possuem grande significado. Retratam o desejo de viver em liberdade e essa incluía a companhia dos seus (REIS, 1999). Podemos imaginar as motivações que os teriam impulsionado a empreender tal ação no momento de ápice do tráfico interno de escravizados. Além dos possíveis maus tratos e do trabalho árduo, havia a incerteza de seus destinos, em parte, pautada pela possível fragmentação da família por meio da venda de seus integrantes, sobretudo quando essa compunha pequenos plantéis (SLENES, 2013).

Figura 4 – Informações decorrentes de anúncio de fuga publicado em 1877 pelo Jornal do Commercio.

Talvez para minimizar tais possibilidades, Moyses e Maria fugiram, no dia 6 de junho de 1875, da propriedade de Antonio Theodoro de Araujo, em Rio Novo. O primeiro de "nação Moçambique, idade 45 anos mais ou menos, cor fula, principiando cabelos brancos, pouca barba, fala de dentes na frente, estatura regular, nádegas um tanto grandes, coxas grossas, canelas finas, pés e mãos pequenas, bem-falante e muito trabalhador em todo o serviço de lavoura". Maria, por sua vez, era "de cor parda, estatura regular, com 38 anos mais ou menos, e com os sinais seguintes: cabeça, chata, testa bem saliente, rosto redondo, olhos um tanto grandes e vermelhos, dentes apontados, um sinal no pescoço e outro em um dos braços, parecendo queimaduras, pés e mãos pequenos e chatos, unhas dos pés e mãos também achatadas, é boa quitandeira, doceira, lavadeira, engomadeira e cozinheira, costura com a mão esquerda e é natural do Rio Grande do Norte. (...) O escravo foi visto há poucos dias (...) na Praia Grande, ao pé da estação, bem trajado, sendo de crer que anda pelas imediações de Vila Nova, S. Gonçalo e Barreto, lugares por ele bem conhecidos por ter sido ali criado. Oferece-se a quantia acima (400\$000) a quem os apreender (...)” e, finalmente, “protestando-se com todo o rigor da lei contra quem os tiver acoitado” (Jornal do Commercio, 1877, Ed. 353).

Tendo em vista a tabela 7, inicialmente cabe mencionar que a diferença entre as 1.948 ocorrências que temos em vista e o total geral de observações aí presentes decorre de os dados apresentados a seguir não contemplarem as mulheres escravizadas evadidas. Essas eram majoritariamente nascidas no Brasil, tinham sobretudo entre 21 e 40 anos de idade e foram sobretudo lavadeiras, engomadeiras, vendedoras, quitandeiras, pajens e dedicadas a outros serviços domésticos. Oferecia-se por sua recaptura uma recompensa, em termos nominais médios, de menos de 100\$000. Além disso, a diferença indicada também se explica em virtude da existência de um grupo de homens cativos que exerciam uma miríade de outras atividades, tais como: maquinista, lustrador, empalhador, chacareiro, arreador, ferrador, covoqueiro, foceiro, engomador, ganhador, curandeiro, músico, qualquer serviço braçal, ensacador, falquejador etc. Não incluímos essas observações na tabela, pois, caso o fizéssemos, haveria muitas linhas contemplando apenas uma, duas ou três pessoas/ocupações.

Para além dos aspectos anteriores, é interessante notarmos que as informações presentes na tabela a seguir demonstram a prevalência de atividades exercidas principalmente no meio urbano, em detrimento dos ofícios próprios da lavoura. Atividades essas que, dentre outras coisas, possibilitavam especialização dos cativos, contrariando a ideia de que os escravizados fossem incapazes de realizar atividades mais complexas. Para além deste aspecto, cabe pontuarmos que mesmo com a crescente concentração dos cativos nas atividades relacionadas às *plattations*, o que constitui uma das características da “segunda escravidão”, as fugas de indivíduos qualificados noticiadas na cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos anos que temos em vista, talvez corroborem as afirmações que evidenciam que foi paulatina a concentração dos trabalhadores nas fazendas de café, ao longo da segunda metade do século XIX, a despeito dessa *commoditie*, ocupar lugar proeminente

no valor total das exportações brasileiras. Parte destas formulações se organizam por meio do recenseamento de 1872, segundo o qual a maioria dos escravizados e escravizadas estavam vinculados a atividades variadas, que iam do trabalho urbano qualificado (muitas vezes não rotineiro e recompensado) e não qualificado, ao transporte com mulas (IANNI, 1988; LUNA e KLEIN, 2009) e à pesca de baleia (ELLIS, 1973).

Com relação aos cativos dedicados à lavoura, cabe termos em vista que estes podiam possuir diferentes experiências e qualificações. O regime de trabalho era organizado pelas distintas culturas e pela tecnologia então disponível. A produção do açúcar, por exemplo, resultava em dinâmica de trabalho mais penosa do que a do café, pois o cultivo da cana possibilita três safras anuais. Ademais, culturas como a do açúcar precisavam de grande volume de trabalho técnico e lavouras, como a do tabaco e a do café, demandavam poucos afazeres especializados (DIAS, 1984; BLAY, 1985; SCHWARTZ, 1988; SANTOS, 1998).

Tabela 7 - Ocupação/experiência dos escravizados homens fugidos. Rio de Janeiro e arredores, 1875-1888

Ocupação/experiência	N. ocorrências	Recompensa em contos de réis (\$ nominal médio)	Tipo de qualificação*
Cozinheiro, boleiro	386	105.106	Pouco qualificado/qualificado
Pedreiro	212	151.090	Qualificado
Carpinteiro e marceneiro	154	156.833	Qualificado
Roca, recetro, lavrador	148	154.621	Pouco qualificado
Copeiro	144	119.236	Pouco qualificado
Tropeiro, peão, domador	89	152.445	Qualificado
Oficial	82	157.697	Qualificado
Cocheiro	73	120.622	Pouco qualificado
Carreiro, carroceiro	71	156.354	Pouco qualificado
Pagem	58	121.795	Pouco qualificado
Padreiro	57	90.299	Qualificado
Alfaiate	55	110.132	Qualificado
Sapateiro	35	158.214	Qualificado
Marinheiro, pescador, remador	34	95.500	Qualificado
Vendedor (doce, água, leite, flores)	28	58.500	Pouco qualificado
Serrador	20	171.667	Pouco qualificado
Carregador	13	167.500	Pouco qualificado
Ferreiro	12	188.667	Qualificado
Cigarereiro, charuteiro	10	25.025	Qualificado
Chandeiro	7	37.500	Qualificado

* Classificação realizada considerando indicações presentes em Colistete (2021).

Fonte: Anúncios de fugas publicados em periódicos que circulava na cidade do Rio de Janeiro e entorno, 1875 - 1888. Elaboração própria. Disponíveis em: <http://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: jun/2022.

Os dados sobre as ocupações, presentes na tabela acima permitem identificarmos os fugitivos como pouco qualificados e qualificados, ainda que tal processo seja impreciso, pois os escravizados geralmente exerciam, mesmo os mais qualificados, diversas atividades, ao longo do dia de trabalho, do ano ou da sua vida.²⁷ Ao utilizarmos a classificação das ocupações sugerida por Colistete (2021), percebemos que mais de 50% dos cativos indicados nessa tabela eram trabalhadores qualificados, sobretudo do meio urbano, o que distancia parte dos resultados deste trabalho, em função principalmente dos diferentes recortes espaciais pesquisados, daqueles apresentados por Colistete (2021) que ao estudar as fugas e a qualificação dos cativos na província de São Paulo concluiu que “escravos qualificados estavam presentes em grande número no ambiente rural de fazendas e plantações, em vez de aglomerados principalmente em áreas urbanas, como às vezes é retratado” (Idem, p. 17).

Por fim, a tabela 8 mostra informações atinentes ao número de ocupações exercidas pelos cativos no Rio de Janeiro, entre 1875 e 1888. Para além do grande número de cativos que exerciam apenas um ofício (68%), chama atenção a quantidade expressiva de escravizados, com idade média entre 30 e 33 anos, que exerciam mais de uma ocupação (32% do total de cativos presentes nos anúncios que identificaram a(s) sua(s) ocupação(ões)), o que encontrou evidente correspondência no aumento da recompensa ofertada pela recaptura desses indivíduos.

²⁷ Em termos práticos, o conceito de ofícios especializados variou de simples separação entre empregos agrícolas (não qualificados) e não agrícolas (qualificados) para noções de profissões não qualificadas, pouco qualificadas e altamente qualificadas tendo em conta a formação, experiência e destreza necessários (COLISTETE, 2021).

1 ofício/experiência	Preço nominal médio da recompensa	Idade média
1332	116.649	31,43
2 ocupações/experiências	Preço nominal médio da recompensa	Idade média
432	119.190	32,58
3 ocupações/experiências	Preço nominal médio da recompensa	Idade média
140	147.145	30,03
Mais de 3 ocupações/experiências	Preço nominal médio da recompensa	Idade média
44	170.053	28,59

Fonte: Anúncios de fugas publicados em periódicos que circulava na cidade do Rio de Janeiro e entorno, 1875 – 1888. Elaboração própria. Disponível em: <http://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: jun/2022.

V. Considerações finais

Este trabalho se dedicou, sem negligenciar os movimentos históricos de longa duração e os nexos existentes entre as dinâmicas internacional e doméstica, ao estudo de aspectos da resistência e ocupação/qualificação de cativas e cativos residentes na capital do Império do Brasil e arredores, entre 1875 e 1888. Para tanto, além de utilizarmos diversas informações secundárias, coletamos e analisamos 20.494 anúncios de fuga de escravizados publicados em alguns dos principais jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro, então um dos principais centros escravistas do Brasil e principal entreposto do tráfico interno de cativos. Após eliminarmos a expressiva redundância dos documentos, passamos a trabalhar com 8.840 ocorrências. A partir desses registros, acessamos e trabalhamos sobretudo com 1.948 códigos que nos permitiram vislumbrar fragmentos da história de muitos escravizados que afrontaram o sistema então vigente e conhecer ao menos parte das suas ocupações/qualificações.

O número de fugas ao longo do tempo variou muito. Três momentos ficaram evidentes, quais sejam: (i) aumentou substancialmente ao longo da segunda metade dos anos 1870, o que pode ser explicado em virtude da diminuição das hesitações relativas à continuidade da escravidão surgidas com a Lei Ventre Livre (1871) e do aumento do preço internacional do café que foi acompanhado de maior restrição da oferta de cativos. Tal cenário provavelmente, por um lado, ampliou o volume de trabalho e a violência que recaía sobre os escravizados, incentivando as fugas e, por outro, fomentou tentativas de captura daqueles que fugiram do cativo (e por consequência o número de anúncios publicados); (ii) diminuiu significativamente, entre 1879 e 1885, o que pode ter relação com a ampliação do número de alforrias, com a ascensão do movimento abolicionista e com as diligências que resultaram, em 1881, em tributos provinciais que inviabilizaram a comercialização interprovincial dos escravizados, possibilitando novo enfraquecimento do regime e diminuição do ímpeto de recaptura dos fugidos (o que reduziria o número de anúncios relatando fugas) por parte dos proprietários que já buscavam suprir a sua demanda de braços por meio de trabalhadores imigrantes; (iii) caiu de modo ainda mais acentuado, a partir de 1885, em virtude do fortalecimento do movimento abolicionista e da promulgação da Lei do Sexagenário, acontecimentos que, mais uma vez, tolheram o elã dos proprietários em arcar com os custos decorrentes das tentativas de represar os fugitivos.

A partir dos recortes geográfico e temporal eleitos e dos dados compulsados, outros aspectos relevantes tornaram-se evidentes, tais como: a larga preponderância dos homens escravizados dentre os evadidos (70% do total e 89% entre os cativos com ocupação explicitada), característica também observada em outras sociedades escravistas; a prevalência das fugas realizadas por “crioulos” provenientes do “Norte” do Império; a maior recorrência de fugas individuais (87% entre os africanos e 85% entre os brasileiros), realizadas no meio urbano e por cativos que tinham entre 21 a 40 anos de idade; o fato de que, em termos nominais médios, a recompensa oferecida pela recaptura dos homens escravizados evadidos foi cerca de 115\$000. Tal gratificação, contudo, poderia mudar substancialmente em virtude do número de ocupações/qualificações acumuladas pelos trabalhadores. Aqueles que reaprisonassem cativos que desempenhavam três ou mais de três ocupações recebiam como pagamento médio 147\$145 e 170\$053, respectivamente.

Ao confrontarmos os cativos e cativas “crioulos” e “de nação” qualificados com os seus respectivos totais (formado por aqueles com e sem ocupação explicitada) identificamos que a proporção de qualificação entre brasileiros e africanos foi praticamente a mesma (22,14% e 22,20%

respectivamente), o que contradiz as conclusões que afirmam que os africanos enfrentaram maiores obstáculos em relação aos “crioulos” para participarem do mundo do trabalho então existente no Brasil.

Por fim, quando observamos os ofícios exercidos pelos escravizados e escravizadas, torna-se notório o predomínio das atividades executadas no espaço urbano e chama atenção o fato de que cerca de 50% dos cativos que tiveram a sua ocupação explicitada exerciam atividades qualificadas, tais como: boleiro, pedreiro, carpinteiro, marceneiro, diversos tipos de “oficial”, padeiro, alfaiate, sapateiro etc.

Concluimos com duas afirmações resultantes da análise da bibliografia e documentação mobilizadas. A primeira é que as fugas e outras formas de resistência foram perenes ao longo do período escravista, a despeito da maior incidência ao longo do século XIX. A segunda é que os escravizados ao final do século XIX exerciam as mais diversas ocupações, inclusive aquelas que envolviam médio e alto conhecimento técnico. Portanto, não teria sido a falta de qualificação a razão da marginalização dos ex-escravizados e seus descendentes no mercado de trabalho assalariado, cuja formação ocorreu sobretudo a partir da segunda metade do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

- ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição (1871-1895)*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente. Estudos sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALONSO, Angela, *Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ASSIS, Machado. *Obra completa*, 1979 e 1992.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites. Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha*. Campinas: Unicamp, 1999.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. Annablume editora. São Paulo, 2002.
- BARSOTTI, Paulo e FERRARI, Terezinha. A propósito de Cuba e da Revolução. In: PERICÁS, Luís Bernardo e BARSOTTI, Paulo. *América Latina: história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.
- BLACKBURN, R. Por que segunda escravidão? In: MARQUESE, R. B.; SALLES, R. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. RJ: Civilização Brasileira, 2016.
- BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira Negra. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso, 1718-1888*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2002.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2007.
- CANABRAVA, Alice Piffer, *História econômica: estudos e pesquisas*. SP: Hucitec-Ed.Unesp, 2005.
- CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto: Edusp, 1994.
- CARDOSO. Ciro Flamarion Santana. *Escravo ou Camponês O Protocampesinato Negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, Marcus J.M. de. Quem Furta Mais e Esconde: O Roubo de Escravos em Pernambuco, 1832-1855. *Estudos Econômicos*. São Paulo, V. 17, No. 9, Especial, p.89-110. 1987
- CASTRO, Antônio Barros de. A economia política, o capitalismo e a escravidão”, in: José Roberto do Amaral Lapa (Org.), *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
- COLISTETE, Renato P. Predicting Skills of Runaway Slaves in São Paulo, 1854-1887. Department of economics, FEA-USP, Working paper N° 15, 2021.
- CONRAD, Robert E. *Tumbeiros. O tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Cia das Letras, 1998a.
- COSTA, Emília Viotti da. *Coroa de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.
- CUNHA Jr. Henrique. *Tecnologia africana na formação brasileira*. Rio de Janeiro. CEAP. 2010.
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In PINSKY, Jaime (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.111-153.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. RJ: Paz e Terra, 1977.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e Poder em S.P. no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ELLIS, Myriam. Escravos e assalariados na antiga pesca da baleia in PAULA, Eurípedes Simões de. *Trabalho livre e trabalho escravo*. São Paulo. 1973.
- ELTIS, David & RICHARDSON, D. *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. Yale University Press, 2010.
- FENOALTEA, Stefan. Slavery and supervision in comparative perspective: a model. *The journal of economic history*, 44, n. 3, set. 1984.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Terra, Trabalho e Poder: O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial. Florianópolis: EDUSC, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. (1964). São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, Nelson da Nóbrega. X Coloquio Internacional de Geocrítica. *Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008*. Barcelona, 26 - 30 de mayo de 2008.
- FERREIRA, Fernanda Cristina Puchinelli. Decifrando as fugas escravas: narrativas, senhores e fujões na cidade do Rio de Janeiro (1840-1850). *Em tempo de histórias*. Brasília, DF, n. 36, jan./jun. 2020.
- FLORENTINO, Manolo e AMANTINO, Márcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). *Análise Social* no.203. Lisboa abr. 2012.
- FLORENTINO, Manolo. Dos escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro imperial. *Revista da USP*. Dossiê Brasil Império no. 58. P. 104-115. Jun. – ago. 2003.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. (1969). SP: Unesp, 1997.
- FRANKLIN, John Hope, and Loren Schweninger. *Runaway Slaves: Rebels on the Plantation*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FONER, Eric. *Gateway to Freedom. The Hidden History of the Underground Railroad*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. A brasileira, volume 370. Companhia editora nacional. Instituto Joaquim Nabuco de pesquisas sociais, 1979.
- GEBARA, Ademir. Escravos: fugas e fugas In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1986, pp. 89-100.
- GEBARA, Ademir. “Escravidão: Fugas e Controle Social.” *Estudos Econômicos* 18, 103-46, 1988.
- GENOVESE, Eugene D., *Roll, Jordan Roll. The world the slaves Made*, Nova Iorque, 1974,
- GÓES, José Roberto. *Um Cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória, Lineart, 1993.
- GODOY, Marcelo Magalhães, “Uma província artesã: O universo social, econômico e demográfico dos artífices da Minas do oitocentos,” *Anais do XII Encontro Nacional da ABEP* (2004).
- GODOY, Marcelo Magalhães. “Fazendas Diversificadas, Escravos Polivalentes. Caracterização Sóciodemográfica e Ocupacional dos Trabalhadores Cativos em Unidades Produtivas com Atividades Agroaçucares de Minas Gerais no século XIX.” In *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambú, MG, 2004.
- GOMES, Angela de Castro, Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, Julho-dezembro de 2004.
- GRAHAM, Richard. Slave Families of a Rural Estate in Colonial Brazil. *Journal of Social History*, 1976.
- GRINBERG, Keila. *Código Civil e Cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GOMES, Flávio dos Santos. Sedições, haitianismo e conexões no Brasil escravista: outras margens do atlântico negro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 63, p. 131-144, jul. 2002.
- GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as Malhas: Em torno das fugas e fugitivos no Brasil Escravista. *História UFF*. *Tempo*, 1996.
- GOENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1985.
- GRAHAM, Richard, Nos tumbeiros mais uma vez? Comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*. 27, 2002, pp. 121-160.
- HEUMAN, Gad. “Runaway Slaves in Nineteenth-Century Barbados.” *Slavery & Abolition* 6, no. 3, 1985.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital - 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007^a.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios - 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007b.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, Otávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Hucitec, 1988
- MOTTA, José Flávio. *Escravos Daqui, Dali e de Mais Além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

MOTTA, José Flávio, *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume, 1999.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. SP: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. e VINSON, Ben III. *A Escravidão Africana na América Latina e Caribe*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. RJ: Paz e Terra, 1994.

JOHNSON, Michael P. "Runaway Slaves and the Slave Communities in South Carolina, 1799 to 1830." *The William and Mary Quarterly* 38, no. 3, 418-41, 1981.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Sílvia Hunold, "Blowin 'in the wind': Thompson e a experiência negra no Brasil", *Projeto História*, n. 12, outubro de 1995.

LEAL, Carlos Eduardo. *Gazeta de Notícias*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/gazeta-de-noticias>. Acesso em: 01/05/2022.

LIMA, Carlos A.M. Escravos artesãos: preço e família (Rio de Janeiro, 1789-1839). *Est. Econ.*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 447-484, julho-setembro, 2000.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)*. (Tese doutorado) Recife: UFP, 2010

Lima, Solimar Oliveira. *Triste Pampa: Resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul, 1818-1833*. Porto Alegre: EDIPURCS, 1997.

LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010.

LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da, e KLEIN, Herbert. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *Gênios da Humanidade. Ciência, Tecnologia e Inovação Africana e Afrodescendente*. São Paulo: Editora DBA, 2017.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. [1987], Edição revista e ampliada. São Paulo: EDUSP, 2014.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. (2ª edição) São Paulo: EDUSP, 2010

MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico e social*. Volumes 1 e 2. Petrópolis: Vozes, 1976 (1ª Edição 1867).

MARCONDES, Renato Leite, *Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870*. Ribeirão Preto. Tese de Livre Docência, FEA-USP, 2005.

MARQUESE, Rafael e SALLES, Ricardo. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARQUESE, Rafael. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira no Brasil no longo século XIX. *s.Ecolum, revista de história*. João Pessoa, jul./dez. 2013.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*, Ed. UNICAMP, 2015.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Pref. C. F. Cardoso. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, João. Manuel C. *Capitalismo Tardio*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Facamp, 2009.

MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis*. Campinas: Unicamp, 1999.

MOLINA, Matías. "História dos jornais no Brasil". São Paulo: Cia das Letras, 2015.

MOURA, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e Carroceiros. Homens Livres no Rio de Senhores de Escravos*. São Paulo: Hucitec, 1988.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora USP, 2004.

NEVES, R. *Experiências capturadas: em torno da escravidão urbana, imprensa e fugas escravas no Rio de Janeiro, 1809-1821*. Mestrado – História, UFRJ, 2012.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial*. Campinas: Unicamp, 2001

PINHEIRO, Francisco José. O homem livre pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará, 1850-1880. *Revista de Ciências Sociais*, v.20-21, n.1-2, p.199- 230. 1989-1990.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Uma negra que fugiu, e consta que já tem dois filhos": fuga e família entre escravos na Bahia. *Afro-Ásia*, 23, 1999.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O alufã Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade Por um Fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. O escravo-coisa. Livro clássico de Fernando Henrique Cardoso é analisado pelo historiador João José Reis. *Folha de São Paulo*. Jornal de resenhas. São Paulo, 13/09/2003.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, Rita de Cássia Lamino de Araújo *Gazeta de notícias: jornal fomentador da cultura e da literatura portuguesa no Rio de Janeiro*. Letras escreve. Macapá, v. 8, n. 1, 1º sem., 2018

ROSSINI, Gabriel. A. A. A Importância da Criança Escravizada e seu Comércio no Oeste Paulista, 1861-1869. *Estudos Econômicos* (USP), v. 49, p. 777-806, 2019.

ROSSINI, Gabriel. A. A. Notas sobre o comércio doméstico de escravos no oeste Paulista, 1875-1880. *América latina en la historia económica*, v. 24, p. 243-243, 2017.

SANTOS, José Carlos Ferreira dos. *Nem Tudo era Italiano: São Paulo e Pobreza, 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, R. M. Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo. *Ensaio econômico* IPE-USP, 1980.

SECRETO, Maria Verônica. A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan. - mar., p.33-51, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987,

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo, Cia. das Letras. 1988.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação Escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860- 1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

SIDBURY, James. “Slave Resistance.” In *The Routledge History of Slavery*, edited by Gad HEUMAN and Trevor Burnard. Oxford: Routledge, 2011.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *Paulistas e afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-Abolição (1888-1926)*. São Paulo: Humanitas, 2016.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. A escravidão dos povos africanos e afro-brasileiros: A luta das mulheres escravizadas. *Revista Org & Demo*. v. 16, Edição Especial, p. 85-100, 2015.

SILVA, Marilene Rosa N. da. *Negro na Rua. A Nova Face da Escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Ed. Unicamp, 2013.

SLENES, Robert, Família escrava e trabalho. *Tempo*, Vol. 3 - nº 6, Dez. de 1998.

SOARES, Luiz Carlos. *O Povo de Cam na capital do Brasil: Escravidão urbana no Rio do séc. XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ 7 Letras.2007.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio dos Santos. Acervo. *Revista do Arquivo Nacional*, n. 2, v. 15 No 2 jul-dez: O Arquivo Nacional e seus pesquisadores, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THEÓPHILO, Rodolpho. *Variola e vacinação no Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. 1997.

THEÓPHILO, Rodolpho. *História da seca do Ceará, 1878-1880*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa. 1922.

SCHWARTZ, Stuart B. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550–1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SMITH, Herbert. *Brazil, the Amazonas and the Coast*. New York: Charles Scribner’s Sons. 1879.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou Um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.

TOMICH, Dale, *Through the Prism of Slavery. Labor, Capital, and World Economy*. Lanham, Rowman & Littlefield, 2004.

TOMICH, Dale. Entrevista realizada por CWIK, Christian; COUCEIRO, Luiz Alberto Alves; MARQUESE, Rafael de B. e SILVAPARA, Rejane Valvano C. da. *Revista Outros Tempos*, n. 20, 2015.

TAUNEY, Affonso de E. *O Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: Escravos e forros em São Paulo (1850–1880)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.